ATA NOVEMBRO/2024 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - PETRÓPOLIS/RJ

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, realizada no dia 14 de novembro de 2024 às 18:30h, na Secretaria de Direitos e Políticas Públicas para as Mulheres, Avenida Koeler, n 87, Centro, Petrópolis, RJ.

Aos quatorze dias do mês de novembro, do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezoito horas e trinta minutos reuniu-se o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, convocada pelo meio de diário oficial número 7035, onze de novembro de dois mil e vinte e quatro, as 18:30h, na Secretaria de Direitos e Políticas Públicas para as Mulheres, Avenida Koeler, 87 Centro de Petrópolis. Com a presença das senhoras conselheiras SHIRLEI SOUZA, VERÔNICA FRANCISCO, ROSANE KARL, THAIS JUSTEN, VIVIANE MARQUES, JOICE MARINO, MARIANA DALCERO, GLAUCIA DE FÁTIMA, FLAVIA FERREIRA, CASSIA HAMMES, ÂNGELA ALCÂNTARA, SILVIA FERNANDA, VIVIANE ESTER E DANIELA JORGE. A reunião teve como pauta publicada 1) Aprovação das atas anteriores; 2) O que significa os 21 dias de ativismo, apresentação da conselheira Dani, 3) Apresentação de Cassia Hammes, homenagem pós morte à “Susana”; 4) Aprovação pela plenária sobre as propostas da Comissão sobre os 21 dias de ativismo e apresentação dos projetos: Ouvidoria e Selo Empresa Amiga da Mulher e Secretaria da Mulher e 5) Assuntos Gerais. Pela presidente do Conselho, Sra. Ângela Alcântara foi dada as boas vindas. Em seguida a presidente relatou que com seus problemas de saúde, esteve afastada por quase dois meses, deu início à reunião, justificando a ausência de um item da pauta, devido a secretária executiva ter realizado cirurgia no dia anterior, não sendo possível colocar em dia as atas. Relatou o primeiro ponto de pauta sobre recebimento de convite da PUC, pontifício universidade católica da reitoria da PUC para fazer parte de um trabalho de doutorado o tema é a violência doméstica, COMDIM e Ações para Mulheres; o outro convite recebido foi para assumir a presidência do conselho da operadora claro no Brasil. Prosseguiu realizando uma denúncia sobre a utilização do transporte guardiã Maria da

Penha, segundo a presidente, por muitas vezes quando procura um transporte para levar ou pegar uma mulher que tenha sido violentada ou que esteja passando por algum problema, não consegue, e o o carro da guardiã estava passeando é o que se pode dizer, dentro do Alcides Carneiro, o carro da Guardiã Maria da Penha, ao meio-dia, realizando trabalhos que não eram de obrigação que a guardiã Maria da Penha, e inclusive tem outras conselheiras que estão presentes que estavam dentro do Alcides Carneiro, que presenciaram, a Dora é uma delas. Thais, vice-presidente, questiona como sabiam que a guardiã não estava prestando serviços, Ângela respondeu que viram que o carro estava buscando uma funcionária da Secretaria da Mulher. Dora, convidada, relatou que quando necessitam do carro, o mesmo não está disponível, citou dois casos, o caso de uma mulher transplantada que procurou o CRAM e não recebeu suporte necessário, devido a falta de carro e que a advogada não acompanhou até a delegacia para registro de ocorrência, ao chegar na delegacia segundo ela, os policiais debocharam da usuária e não realizaram registro. A vice-presidente, Thais Justen relatou que entende as críticas, que deve ser apurado, mas que é preciso separar algumas questões. Primeiro, o CRAM não acompanha porque não está na norma técnica acompanhar todas as usuárias na delegacia, que são realizados cerca de dois mil atendimentos por ano, sendo assim, não é possível acompanhar todas as usuárias à Delegacia, o CRAM faz uma análise no primeiro atendimento da mulher, se a usuária tem condições de ir sozinha até a delegacia. Essas condições não são só econômicas, são, por exemplo, se é uma situação de uma ameaça, o CRAM vai orientar e vai fazer o encaminhamento por escrito para a delegacia, mesmo quando as acompanha, o CRAM demora cerca de cinco horas na delegacia, se ele acompanhar todas as usuárias na delegacia, ainda que a gente tivesse o dobro de advogados, não seria possível realizar dois mil atendimentos por ano, realiza-se uma análise da gravidade em alguns casos, se é uma situação em que a mulher não consegue ir até a delegacia, o CRAM vai solicitar o carro da Guardiã. Nesse caso, a viatura Guardiã Maria da Penha vai levar essa mulher até delegacia. Em alguns casos, a própria mulher prefere não ir no mesmo dia para a delegacia. Continuando o esclarecimento, Thais completou que temos que trabalhar com a realidade, como ela é, e que o atendimento da polícia é extremamente demorado. Prosseguiu dizendo que já acompanhou várias mulheres na delegacia, e demora horas, não tem nenhuma

celeridade extra. Propõe que o conselho possa ajudar nessa questão, com o encaminhamento de um ofício à delegacia para que haja um acordo para que o CRAM tenha um atendimento preferencial, e que não tenha que ficar mais de duas horas na delegacia, o que inviabilizaria o atendimento de duas mil mulheres. Segundo Thais, isso impossibilita o acompanhamento de todas as pessoas na delegacia que infelizmente é uma realidade. Mas pensa que podemos,tirar essa resolução de que a delegacia tem uma prioridade quando a usuária estiver sendo acompanhada pelo CRAM. E colocando um limite máximo de horas, assim, teria a força do conselho, não seria só advogado ali pedindo uma prioridade e o conselho poderia posteriormente fiscalizar. O CRAM por norma técnica, tem a função principal de orientar as mulheres e ser um articulador da rede de enfrentamento à violência, ele conta com a adesão da usuária. Ele não é um serviço que funciona como um departamento, que num único atendimento vai resolver o caso daquela mulher.Enfatiza que é preciso que aquela mulher volte ao serviço. Informou que a ficha de atendimento foi alterada para que tenha a pergunta: Se a mulher sofreu algum problema na delegacia? E qual foi esse problema no atendimento com os policiais? Justamente porque a gente sabe que é um problema estrutural, não só da delegacia de Petrópolis. É um problema que é denunciado pelos movimentos de mulheres e pelos equipamentos no país inteiro. A partir disso, com esses dados, conseguimos eventualmente marcar conversas com a delegacia para cada vez ir aprimorando esses atendimentos.Thais Justen sugeriu ainda, uma proposta para que o conselho tenha uma proximidade cada vez maior com CRAM, e que o CRAM possa apresentar trimestralmente os dados relatados de usuários das mulheres. Bem como quantos atendimentos foram feitos, quantos com abrigamento, quantas mulheres reclamaram do atendimento na delegacia. A vice-presidente Thais acrescentou que com tais dados apresentados não ficam como denúncias pontuais, porém, estas são importantes também, sendo assim, conseguiremos debater de uma forma mais elaborada. Enfatizou que a construção e o aprimoramento do atendimento a mulher precisa acontecer e que no momento, não temos condições de atender todas as mulheres. Informou que já haviam tentado no ano anterior um edital do Ministério das Mulheres para construção de mais um CRAM. E que torna-se necessário tentar novamente.Thais Justem complementou que, as pessoas que estão na gestão

pública, passam, mas o conselho continua, então, de ante mão solicita que este conselho, de posse desses dados, já comece a articular com deputadas, com o Ministério da Mulher, que faça provocações para que existam outros CRANS na cidade. Continuando, acrescentou que ainda que hajam cinco CRANS, eles não conseguirão acompanhar todas as mulheres, porque infelizmente os números de violência contra mulheres é um absurdo. Pontuou que quando haviam audiências, eram cerca de oitenta marcadas no mesmo dia. Dando prosseguimento à reunião, Dora questiona a vice presidente Thais, dizendo que essa usuária já havia ido na delegacia sozinha, sem nenhum sucesso, ela pediu apoio de algum equipamento, deste modo indicou o CRAM, e ela foi ao CRAM, é uma pessoa que já é debilitada e não recebeu um suporte maior, um apoio. Então ela disse que não procuraria mais o serviço. Uma pessoa que foi agredida procura uma delegacia, procura um órgão nosso, um órgão do governo, para ter um suporte. Não tem aquilo que ela necessita e nem o que espera. O que é que acontece? Nós vamos esperar o quê? Essa usuária ser morta? Então, é isso que temos que pensar, como nós vamos conseguir preservar essas mulheres? Como vamos conseguir dar suporte verdadeiro para essas mulheres? Porque não adianta termos vários equipamentos e não ter o suporte que elas precisam. Complementou que precisamos aqui é da Delegacia da Mulher? E convidou o conselho a lutar para trazer a DEAM para o nosso município para agregar aos equipamentos existentes. Ângela responde que esse projeto da DEAM é um projeto já bem antigo, do qual não está envolvida desde o início desse projeto. Esse projeto começou inclusive por um partido político aqui de Petrópolis, o Partido Verde, e e que foi convidada para participar desse projeto há vários anos atrás. Disse que é um projeto aprovado na Alerj, e que só está aguardando espaço dentro da prefeitura de Petrópolis, para implantação. Thais aproveitou a oportunidade para destacar que a criação de uma DEAM vai de encontro a outro ponto de pauta, que é a criação da ouvidoria da Mulher. Complementou que com uma ouvidoria a mulher receberá suporte para resolver outras questões tais como: falta de atendimento em questões as quais ela não se sinta contemplada, a ouvidoria da mulher é uma reivindicação histórica também de várias mulheres. As mulheres precisam ser ouvidas para que a política pública seja aprimorada A ouvidoria com certeza não vai resolver 100% dos problemas, mas ela vai ser um pontapé. Pretendemos que a ouvidoria gere dados, e que esses dados sejam

apresentados para que se possa pensar no aprimoramento da política pública. Em relação à DEAM, se manifesta completamente a favor, e destaca que ela tem que ser uma iniciativa do governo do estado e não tem na Secretaria de Estado nenhum projeto tramitando pedindo a indicação de uma. Isso é, se o Governo do Estado tivesse provocado a prefeitura e através da Secretaria, com toda certeza, já teria sido apresentado aqui, inclusive deixo para vocês essa provocação, porque também é uma pauta minha.Como COMDIM podemos tirar aqui uma moção a favor da DEAM. Thais pensa que seria fundamental, porque seria mais uma proposta. Cássia Hames questiona sobre os dois mil atendimentos do Cram, se são obrigatórios serem realizados os dois mil atendimentos. Thais responde ao questionamento explicando que pode ser uma dúvida de muitas mulheres, diz que não existe uma meta para o CRAM cumprir, este tem que funcionar sem uma meta pré-estabelecida pois é um equipamento de portas abertas para atender as pessoas conforme a demanda vai acontecendo, claro que como todo equipamento para a prefeitura, ele vai organizar os atendimentos. Petrópolis tem um índice muito grande de violência contra a mulher, os dados do dossiê mulher, eles mostram isso. A nossa cidade, ela tem um índice elevado de violência, não reduziu necessariamente que a nossa cidade é mais machista ou mais violenta do que outras, mas tem mais registros de violência, pode ser que seja justamente porque a nossa rede também funciona bem. Temos o CRAM desde 2007, tem o COMDIM desde 2002, a sala lilás que é um modelo também no estado, temos uma série de equipamentos, agora temos os comitês de prevenção, enfrentamento à violência, que acontecem no âmbito da da repartição pública direta e indireta e que a partir daí, muitos funcionários tomam conhecimento sobre violência e indicam suas colegas de irem para o CRAM, explica que os atendimentos telefônicos não são e nunca foram contabilizados como atendimento, o CRAM, por norma técnica, faz um acolhimento a mulher, cujos os atendimentos duram entorno de uma hora. Dora questiona sobre o CRAM não resolver, mas faz o encaminhamento, é como a ouvidoria, por exemplo, que não resolve ali a questão, mas encaminha para quem pode resolver. Thais responde o questionamento explica o que que é um atendimento, uma mulher que sofre violência, tem a questão do que que é resolver um problema assim, o CRAM não é um departamento, exemplificou com o caso de uma atendida que sofreu

inúmeras violências e ela quando chegou no CRAM com uma postura muito depressiva, desenvolveu um quadro tão sério de depressão que ela tinha crises de epilepsia, sendo necessário acionar o SAMU para socorrê-la. Ao longo de vários atendimentos, ela fez vários atendimento psicológicos, jurídicos, sociais. Ela começou a frequentar o grupo de mulheres que, inclusive funcionavam fora do horário de funcionamento a pedido das mulheres que faziam parte do grupo, após participar do grupo obteve significativas melhoras, ela chegou a tentar o suicídio, ela ficou completamente sem rede, se afastou da rede religiosa, da rede de amigos, de todas as redes, ela foi refazendo as redes dela, melhorou tanto que hoje em dia ela trabalha, frequenta os nossos eventos. Ela é uma multiplicadora, inclusive da situação da violência, contudo, o caso jurídico não foi resolvido, o agressor dela ainda não foi responsabilizado, porque o judiciário é lento. Mas o que é resolver o problema para essa mulher? Ele resolveu o problema em parte, foi refazer as redes, foi fazer um tratamento psicológico breve. Para essa mulher, isso resolveu o problema. Agora, talvez para uma outra pessoa que sofreu violência, entenda que o que vai resolver o problema dela é o divórcio, o CRAM não vai resolver o problema, porque o CRAM não pode fazer divórcio, o CRAM foi criado para ser um espaço especializado de acolhimento e orientação e articulação da rede. Dora relata que esqueceu da Secretaria da mulher é tão novo então que ela esqueceu que tinha a Secretaria da mulher para encaminhar essas mulheres para que possa ajudar. O CRAM faz parte da Secretaria, é um equipamento de atendimento ao público. Em seguida, a presidente Ângela relata que o recado foi dado, que vão aguardar uma posição da secretária, Thaís Justen, em relação ao ocorrido, destaca que espera que não ocorra novamente, até porque a gente sabe da falta desse carro no mês passado. Relata ter procurado o CRAM no mês anterior, ela esta muito fragilizada com a agressão e enfrentou diversas dificuldades para que essa senhora recebesse o suporte devido, na Secretaria de Assistência Social, para acessar a cesta básica, que inclusive como crítica destaca que a cesta não tem leite. Destaca que dentro do conselho somos um partido da mulher, que luta, que batalha e que temos que dar a mão de uma para outra. A gente ajuda com proficiência, com consciência, com respeito, o que o respeito, ele é fundamental. Destaca que acima de qualquer coisa tem que existir o respeito e o respeito pela mulher, ter mais união, ter coerência com o que faz, principalmente porque aquilo

que a gente faz reflete, não é nenhuma vida sozinha, reflete muitas vidas dentro de casa e muitas vidas no entorno de uma família. Prossegue verbalizando que não pode discriminar mulheres se você é mulher e sabe o que ela está passando, então você tem que tentar ajudar e não jogar no fundo do poço. Prosseguindo a reunião Dora complementa que o COMDIM não é subordinado à prefeitura, é independente de Secretaria da mulher, de CRAM, relata que se existe o CRAM é porque o COMDIM aprovou, se existe a Secretaria da Mulher, é porque o COMDIM aprovou, porque foi passado antes pela aprovação desse conselho. É preciso deixar bem claro de que o COMDIM está aí como parceiro e não como subordinado a quem quer que seja, qualquer prefeito que que esteja aí no poder. Thais sugere duas proposição de um pedido à delegacia, enquanto CONDIM para que o CRAM tenha prioridade no atendimento e que a gente faça enquanto COMDIM uma moção de apoio, mas alguma coisa nesse sentido à criação da DEAM no município. Dora destaca a importância das proposições, e Ângela destaca as parcerias feitas com a OAB. Flávia representante da OAB relata que nas reuniões das comissões da OAB esse é um assunto muito abordado na OAB mulher, que inclusive, é uma das pautas também estão exigindo das chapas que estão em candidatura agora, concluiu que as proposições acima sugeridas por Thais, poderia fazer até em parceria com a OAB. Ângela destaca que conhece o trabalho realizado pela OAB e que por isso que vocês, enquanto conselheiras, não podem fazer suas colocações. Cada uma de vocês tem voz ativa dentro do conselho, ninguém é figurante, todo mundo é atriz principal. Cada uma é atriz da sua própria história e da história de muitas outras pessoas. Viviane propõe que inicie a votação para o ofício ser enviado. Ângela relata que é um ofício e que deve ser feito para Alerj, solicitando a informação do projeto da DEAM aqui na cidade. Então eu solicitando a localização do projeto por aprovação da ALERJ que já foi feito. Thais complementa que essa é uma proposição e coloca que tem um pedido para as secretarias que já existem pedindo que o CRAM tenha prioridade no atendimento.

Glaucia Morele, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, quis registrar que a reunião estava muito combativa, cheia de energia complementou com a Secretária Thais, que na reunião anterior foi aprovado no COMDIM,que antes da saída do atual prefeito, ele assine um protocolo de intenções com a questão da gente poder construir aqui a Casa da Mulher Brasileira, que todas as

presentes sabem que é um Projeto do Governo Federal. Ângela informou que o Governo Estadual acabou de aprovar o lançamento da Casa da Mulher brasileira no Rio de Janeiro. Glaucia enfatizou que foi aprovado no Rio de Janeiro, mas que nós queremos a Casa da Mulher Brasileira aqui no Município de Petrópolis, que atenda a região Serrana que tenha a possibilidade de ter todas esses equipamentos juntos. A presidente Ângela, perguntou a Glaucia se ela estava falando do ofício para encaminhamento para o prefeito ou para a Delegacia. Glaucia disse que não para o Ministério das mulheres. Seguindo, A vice-presidente sugeriu que o ofício seja encaminhado para o Ministério das Mulheres. Ângela explanou para as presentes sobre a Casa da Mulher Brasileira que esta é extremamente fundamental. Porque uma mulher gasta uma única passagem e essa única passagem que gasta, ela resolve todos os problemas dentro do mesmo espaço, poupa dinheiro, tempo, dá mais credibilidade e qualidade no atendimento. Que fique para que todos se manifestem é uma boa aprovação para ser levada ao prefeito pela Secretaria da Mulher comentou Angela. Em seguida Thais Justen,informou que

1. na reunião anterior, a Gláucia havia feito esse pedido, porque agora vamos iniciar os 21 dias de ativismo que explicamos o que é na reunião passada e criamos uma comissão para discutir. E aí foi levado ao prefeito esse pedido do Conselho e o prefeito aceitou. Ângela perguntou porque isso não estava em Ata, Thais disse que porque a ata não havia sido enviada ainda. Continuando, Thais informou que esse pedido foi levado ao prefeito e ele concordou em assinar um protocolo de intenções. Sendo assim, a Secretaria enviou um ofício para o Ministério das Mulheres pedindo um modelo desse protocolo de intenções com especificações. Sobre o que é necessário que haja tanto no protocolo como na indicação do terreno. E que para fortalecer esse ofício enviado pela Secretaria seria importante o COMDIM enviar um outro reforçando o pedido feito pela mobilização popular. A presidente Ângela, pediu a palavra e disse que o COMDIM e a Secretaria da Mulher sempre foram parceiras nas coisas que vão ser feitas, a Secretaria da Mulher envia um ofício para a Secretaria Nacional e sobre um assunto que diz respeito à mulher e o Conselho não fica sabendo. A vice - presidente Thais Justen, esclareceu que, exatamente, estava comunicando na reunião que foi feito o ofício, conforme foi solicitado na reunião anterior do COMDIM e foi é

cumprido aquilo que foi solicitado. Dora disse que foi uma falha de comunicação, continuou dizendo que como a Glaucia ressaltou, a reunião estava sendo muito importante e que é através do debate que se chega ao consenso. Comentou que cada um tem sua opinão e que seria bom dar a palavra a quem ainda não falou e enfatizou que estavam no COMDIM para construir políticas públicas para as mulheres. Ângela sugeriu colocar em votação. Viviane Marques, explicou que na reunião passada o que seria levado ao prefeito e ele deu como resposta a ideia de levar o ofício ao Ministério da Mulher, que este é o comunicado que a vice - presidente Thais Justen estava informando ao COMDIM. Continuando, Viviane colocou em votação as questões discutidas e perguntou se alguém tinha objeção. Ângela Alcântara disse a Viviane Marques que concordava, no entanto, acha que existe uma presidente dentro do Conselho e que não tomaria decisões pela secretária da mulher, não aceita ser discutido dentro do conselho assuntos, relata que esteve internada, mas que a Secretária do COMDIM Gisele, tem seu contato direto, relata que não tomou conhecimento e não vai achar que foi normal isso, porque isso não é normal. Ele é composto, paritariamente, mas na realidade, o consenso é da sociedade civil. É a sociedade civil que gasta dinheiro da sua, do seu bolso, para vir para a reunião do conselho. A conselheira Silvia questionou se ficariam presas nesse debate, questionou a proposta da discussão, verbalizou que entende que Ângela se sentiu aviltada pela pela posição que a Thais tomou que o sentimento é válido, e você queria ficar sabendo do que houve na nas reuniões, porque você é muito dedicado a esse conselho e como podemos corrigir o que foi feito. A vice-presidente se desculpa com a presidente por ela ter se sentido mal por não estar na reunião explana sobre os assuntos discutidos na reunião anterior como os 21 dias de ativismo, sobre a comissão para tentar executar momentos de brainstorming,sobre a proposta da conselheira Gláucia, de encaminhar um pedido ao prefeito, aproveitando que a gente sabe que ele é a favor da Constituição, da casa da mulher brasileira. Frisou que ainda não tem a ata aqui aprovada, infelizmente, porque a secretária executiva está com um problema de saúde, explicou que por Gláucia foi dito que queriam aproveitar este momento que estamos aqui com a nossa secretária para que ela leve esse pedido ao prefeito. Não foi dito para que esse conselho faça

um ofício ao prefeito, mas para que ela na condição de secretária falasse com ele. Somos o conselho dessa configuração em que estamos aqui, pouco tempo antes de ter uma mudança de governo. Assim, se foi pedido que fosse apresentado isso para o atual prefeito, foi feito da forma mais célere possível. No exato termo. Thais reconhece que deve ter havido algum erro de comunicação, mas também expõe que não foi procurada para saber o que foi resolvido na reunião exatamente. Então, seguindo exatamente da liberação do que foi feito, foi enviado para o prefeito. Continua explicando que no dia em exercício na reunião, presidiu a reunião, mas o exato pedido foi para que, aproveitando a Secretaria, que ela fale como prefeito. No exercício de secretária, todos os secretários enviam ofícios para os ministérios, porque precisa de celeridade,não é possível aprovar tudo em reuniões ordinárias do conselho,o conselho é deliberativo, ele é construtivo, mas nem todo ofício feito por todas as secretarias passa por todos os conselhos, por uma questão de evitar o excesso da burocracia, seguimos aguardando esse retorno do Ministério, para que a gente possa de fato ter a assinatura dos protocolos de intenções, para que o próximo o prefeito ter impostos o documento como se possível em posse já é deputadas que vão é dizer que vão deixar a verba tendo em posse o apoio do Ministério, que vai ter enviado o protocolo de isenções. Precisa somente executar a construção que já vai ter a verba, que já vai ter indicação que já vai ter. Thais continua e destaca a importância de rememorar esses ponto. Reitera que é legítimo quando a gente se sente mal, pede desculpas por Ângela ter ficado nessa situação, mas divide a culpa, porque da mesma forma que eu não enviou as resoluções da reunião, também não recebeu nenhuma pergunta sobre o que foi abordado na reunião. Thais pede a plenária compreensão, enquanto mulheres também da doença da Secretaria executiva do COMDIM. Solicita que avance para os próximos pontos, diz que como nossa companheira Dora trouxe, é é exatamente o que parece que é uma quase unânime que tem que ter alguma ouvidoria. Então para gente poder discutir é o último ponto de pauta. A presidente permitiu convidar o pessoal do FNCC para ter a fala antes de prosseguir para os próximos pontos. A conselheira suplente Viviane Marques pediu a palavra e relatou que é muito importante para esse conselho enquanto mulheres, principalmente, que acredita que a grande

maioria que é mulheres de comunidade, mulher negra, e que não admite que dentro de um conselho tenham falas racistas, que se fale que cada macaco tem que estar no seu galho, que é fala extremamente racista, se soubermos a origem dessas falas sabemos muito bem quem estava no tronco apanhando, eram os nossos ancestrais. Fala preconceituosa, fala racista, que a gente não pode admitir dentro de um conselho, destaca que é o seu lugar de fala, reitera que não admite. Viviane informa que a presidente do conselho se referiu a ela com essa fala. A presidente interrompeu a fala de da conselheira suplente Viviane para explicar que ela estava palpitando em uma situação que ela não sabia. Viviane prossegue com sua fala e verbaliza que não é uma macaca e que não tem que estar em galho nenhum, relatou que é uma mulher preta de comunidade e tem autonomia para falar o que eu estou falando e que não admite falas racistas, nem com ela e nem com nenhum irmão seu e enfatizou que quer que conste em ata essa fala. A presidente responde a fala da conselheira Viviane verbalizando que realmente falou isso, mas que não teve o intuito de causar nada, verbalizou que não tem problema que sua fala conste em ata não, até porque se virem a gravação vão ver a forma como foi colocada, então a forma foi colocada de uma forma sempre tranquila, porque ela estava aqui querendo o palpitar no assunto a que ela não sabia, ela estava querendo defender algo indefensável, então assim ela ela falou para Viviane ficar no seu canto, cada um macaco no seu galho. Ângela justifica disse sim essa frase, se inclui também nesse papel, prossegue relatando que não é uma coisa do outro mundo, porque não ofendeu, não está no conselho para ofender mulheres, nem nunca ofendeu nenhuma mulher, verbaliza que se Viviane se sentiu ofendida, se desculpa, mas não foi essa a sua intenção, e que sempre deu seu apoio, sempre deu muito carinho e muita atenção. A presidente Ângela pede autorização da plenária para trocar a pauta dos 21 dias de ativismo pela apresentação do projeto do FNCC se apresentarem. A conselheira Glaucia pede para que prossigamos com a pauta e que com o ponto da ouvidoria primeiro. Contudo sem oposição, a fala foi passada ao projeto FNCC. Natielle assistente social da Frente Nacional de Combate ao Câncer informa o endereço do projeto, na Rua Monsenhor Bacelar, em frente ao Terra Santa, número 569, explica que o maior público atendido por eles é de

mulheres, o projeto existe desde 2016 aqui na cidade, trabalham no complemento ao tratamento do paciente oncológico, são uma entidade sem fins lucrativos que dá suporte ao paciente com câncer, o tratamento é feito no CTO e na ong eles potencializam o tratamento de forma gratuita, oferecem diversas terapias como psicologia, fisioterapia, nutrição, acupunturas, teatros entre outras, facilitam o acesso as mediações não encontradas no SUS, também organizam algumas campanhas, em datas comemorativas, principalmente outubro rosa, novembro azul, conseguem também para os pacientes fraldas geriátricas, perucas para muitas mulheres, infoma que recebem doações e concedem doações, são são feitas por telefone, também por telemarketing, relatou sobre uma rifa para ajudar a ong. Maria recepcionista do FNCC fez sua apresentação. Prosseguindo com a pauta da reunião a conselheira Daniela relatou sobre o problema ocorrido na semana passada, que foi a falta de transporte para as crianças especiais no município, relata que foram até a prefeitura na sexta-feira passada, foram recebidos pela Adriana de Paula, Secretária de Educação, Marcos Santiago, Secretário de Governo e reuniu com o secretariado e Márcia Samuel, Secretária da Pessoa com Deficiência relatou que os prestadores de serviço tiveram seu pagamento acertado e que foram decididas datas para os próximos pagamentos e o trabalho foi reestabelecido. Daniela destaca que seja em 2025 e final de 2024, uma pauta continua muito importante porque ninguém está livre de uma deficiência. Eu vou repetir, de criar um projeto. A conselheira Daniela sugere criar um projeto quem cuida de quem cuida. A vice presidente Thais explana sobre a criação da Secretaria da Mulher e a Secretaria da Pessoa com Deficiência justamente pensando nisso, o governo federal, ele está agora discutindo o plano nacional de cuidados, justamente pensando que o trabalho de cuidado não é um trabalho, é uma luta histórica da esquerda, essa assim, das feministas. Sugere criar uma comissão, se for o caso, do grupo de trabalho, para estudar a política nacional de cuidado e a partir daí, pensar em propostas objetivas aqui para o conselho. Sugere encaminhar a criação de um grupo de trabalho para estudar a política nacional de cuidados, informe a Viviane que está fazendo o papel de secretária por conta da ausência da Gisele, ela anotará os nomes de quem quer fazer parte do grupo de trabalho, pelo nosso regimento, teria

que ser o mesmo número de pessoas sociedade civil e do governo, propõe que seja um grupo de trabalho mais informal para que se consiga operacionalizar, segueb para inscrição das interessadas. Viviane lê para a plenária os nomes da interessadas em participar do grupo de trabalho, a seguir: Mariana, Gláucia, Ângela, Jéssica, Thais, Sílvia, Daniela e a Dora como convidada. Ângela questiona sobre a situação de Cassia no conselho, Thais responde que depende do envio do ofício, pois, o anterior foi encaminhado de forma errada, sua regularização no conselho depende disso. Ângela propõe seguir para o próximo ponto de pauta, a homenagem de Cássia à Susana Reis. Cássia inicia sua fala informando que na verdade é um alerta, sobre Susana Reis, sobre a situação em que ela estava, com seus relatos nas redes sociais era na verdade um pedido de ajuda relatou toda a história de Susana e enfatizou que a situação psíquica era crítica, e que as mulheres precisam ajudar essas pessoas e encaminhar para tratamento, auxiliar umas as outras. Dora relata que no outubro rosa vimos uma vitoriosa tentando falar com o prefeito e mulheres não acolhendo ela. Cássia relata que a Andreia que trabalha na APPO, que tem a obrigação de cuidar para uma mulher, principalmente, ela ficou todo o tempo tirando a mulher do lugar para que ela não falasse. Silvia conselheira informa que viu no site da ESA, na escola superior da advocacia, curso gratuito sobre violência política de gênero. Ângela pede para prosseguir com a pauta que apresenta as propostas da Secretaria. Thais apresenta as pautas da Secretaria para aprovação pelo plenário sobre as propostas da comissão sobre os 21 dias, a apresentação da ouvidoria, apresentação do selo empresa amiga da mulher e o ponto de pauta da Secretaria da Mulher, nesse ponto de pauta apresentou a informação sobre um convênio que está sobre a administração da secretaria da mulher, foi criada uma comissão para discutir os vinte um dias de ativismo na reunião passada, prosseguindo com a leitura a programação das atividades que serão realizadas pelo CRAM e pela sala lilás. Prosseguindo com a pauta da reunião, Thais informou que ainda existem cerca de 50 placas do disque 180 e deixou a disposição das mulheres solicitar a instalação das placas nos bairros, bem como existe uma lista de bairros que o CRAM fez atividade ultimamente e gostaria de direcionar as placas a esses bairros. Proposta de atividades aceita pela

plenária. Seguindo para os próximos pontos são a ouvidoria, a partir de uma ouvidoria, o selo empresa amiga da mulher, e informações sobre o convênio que discute a questão das mulheres, convênio 904185/2020, que fala sobre a aquisição de um container habitacional, veículo e equipamentos para implementação dos centros de acolhida, que seria um espaço em que a mulher que sofria violência, ela ficaria nesse espaço durante alguns poucos dias antes de ir para um abrigo sigiloso, tem as suas vantagens e desvantagens, um container é um equipamento muito complicado, um arquiteto explicou que o material dele, não é resistente, por exemplo, a tiro, é muito quente no verão e muito frio em épocas de frio, existe uma dificuldade muito grande de climatização, no entanto, ele tem obviamente as suas vantagens de ser ali uma saída mais imediata para você poder colocar a mulher rapidamente. A prefeitura quando faz um convênio com os ministérios é que tudo tem que ser feito num passo a passo, onde durante esse período os os valores, eles vão sendo atualizados, inclusive os valores de contrapartida. E só para vocês terem uma ideia no convênio que a gente ganhou, de 2 lavanderias públicas aqui no município, o valor que o município deveria pagar é de doze mil reais, e já foram pagos, enquanto o valor atualmente de contrapartida do container, seria de 138.100 reais, temos um prazo até abril do ano que vem para finalizar, o que vai ser feito em relação a esse convênio, que foi proposto ainda no governo Bolsonaro, quando era mulheres, direitos humanos. Ângela pontua que acha muito perigoso colocar uma casa de acolhido dentro do município tão pequeno e colocar dentro do hospital Alcides Carneiro, que não seria viável pelo o alto fluxo de pessoas que circulam no local e as mulheres que estivessem acolhidas estariam enfrentando risco de vida. Thais verbaliza que concorda que tem todos os problemas citados, mas que é um convênio que ele está tramitando, não pode alterar completamente o objeto e apresenta a proposta de que forme uma comissão bem rigorosa nos termos do regimento, composta por quatro ou seis pessoas, que estude o convênio em outros municípios onde foi aprovado, com a disposição da estrutura da prefeitura, com reuniões no setor de convênios, que a gente provoca o Ministério das mulheres para poder fazer uma reunião para discutir mais aprofundadamente esse convênio discuta o que a gente pode alterar do objeto e traga para plenária da reunião

seguinte essa proposta, se tiver uma proposta viável, aprova-se na plenária. Thais prossegue informando que vai provocar uma reunião com o Ministério para que não se perca o prazo dele, a plenária ficou de acordo e foi proposta a comissão de debate sobre o convênio do container, Thais pede cuidado e rigor de quem for compor, os inscritos na comissão foram Thais, Ângela, Isabel da CTB e farão um convite a alguém da controladoria. Seguindo para o próximo ponto Thais solicita a Rafaela Máximo, Diretora de Políticas Públicas para as Mulheres que faça a apresentação da ouvidoria e do selo empresa amiga da mulher. Rafaela apresenta como surgiu essa ideia da ouvidoria, através da escuta de mulheres nas rodas de conversa, de algumas reclamações e até as pontuações, mesmo feitas dentro do conselho, de mulheres que não conseguem acessar determinadas políticas, nós entendemos que algumas políticas têm alguns gargalos e que precisamos ultrapassar esses gargalos. Criar a ouvidoria, que seria um canal eficaz para receber as denúncias, processarem e encaminhar para os lugares devidos e cobrar para que a demanda seja atendida, então a ouvidoria seria um instrumento para mulher conseguir acesso aos equipamentos que fazem atendimento das mulheres, e funcionaria da seguinte forma: a Secmulher receberia essas denúncias pelo telefone, as denúncias seriam cadastradas numa planilha de Excel e dependendo da situação e da urgência emergência do caso, poderemos agendar um atendimento nas diretoria de políticas públicas para tratar o caso que é mais urgente, mais emergente, para um resultado mais rápido. Através dessa ouvidoria entendemos que conseguiremos criar indicadores, que nos possibilitam cobrar melhor do governo que as políticas funcionem da forma que elas foram escritas, para funcionar e entenderíamos os gargalos. Teremos relatório qualitativo e também o relatório quantitativo e assim a gente poderia cobrar mais eficácia nessas políticas. Então a Secretaria da mulher, ela vai garantir transparência através de publicações, das informações, dos dados que conseguiremos levantar com essa política. Então os considerando foram retirados da lei de criação da secretaria da mulher,seria um instrumento para poder cobrar realmente o cumprimento da políticas públicas. Ângela pergunta qual o papel primordial da ouvidoria. Rafaela responde ao questionamento, que seria aperfeiçoar as políticas existentes para garantir o acesso das mulheres

às políticas e ultrapassar os gargalos. Dora questiona se existem ouvidorias e outros municípios ou no estado. Thais responde que nacional tem. Silvia questiona se o papel da ouvidoria seria só colher dados. Rafaela responde que não só colher dados, mas cobrar os equipamentos para que as políticas sejam cumpridas, para para que as mulheres sejam atendidas e que superem os problemas existentes. A ouvidoria da mulher vai cobrar dos equipamentos uma demanda e uma resolutiva desta demanda. Thais acrescenta que a ouvidoria colherá os dados e proporá o aprimoramento das políticas e que as denúncias pontuais serão encaminhadas para os setores responsáveis. Rafaela destaca um ponto importante da ouvidoria, de que a Secretaria garantirá transparência das operações, da ouvidoria e na prestação de contas, publicando informações sobre atividades, bem como realizará revisões anuais da política e do funcionamento da ouvidoria para se assegurar a eficácia da política e a adequação às necessidades das mulheres, realizando ajustes conforme necessário, bem como encaminhará realizará a avaliações trimestrais junto ao COMDIM possibilitando a proposição de melhorias para que a política se adeque cada vez mais a realidade do município. Viviane destaca a importância desse ponto em destaque pelo fato de ser uma política pública nova e o COMDIM vai ser responsável por estar é aprimorando esse serviço e reavaliaremos periodicamente para avaliar seu funcionamento se precisas de alterações. Thais explica que a política precisa ser adequar ao que é possível ser feito com a disponibilidade de mão de obra que a Secretaria dispõe. Ângela questiona se a ouvidoria funcionaria vinte e quatro horas, Thais responde que não, que será no horário de funcionamento da Secretaria de nove às dezessete horas, porque a secretaria opera com a quantidade de cargos reduzidos, porque a legalidade da secretaria foi questionada na justiça, por conta dos cargos. Se o conselho entender que tenha que ter a figura da ouvidora seria uma elaboração mais estruturada do que um decreto. Ângela relata que a ouvidoria seria um termômetro para entender quais os problemas as mulheres enfrentam nos equipamentos, é um projeto extremamente importante, excelente. Jéssica, representante do gabinete do vereador Hingo Hammes, apresentou a dúvida sobre a identificação das denunciantes, se manteria sigilo ou seriam reveladas. Rafaela responde que

existem duas formas, a pessoa pode se identificar e pedir que seus dados sejam preservados, ou ela pode se identificada na denúncia, escolher por encaminhar seus dados que ficarão cadastrados na planilha, que possui um espaço específico para quem quer manter sigilo de sua identidade e para quem quer revelar sua identidade. Glaucia questiona sobre o procedimento do retorno da ouvidoria. Thais responde sobre o retorno que pode ser feito através de um encaminhamento da denunciante frisa que não temos competência de fazer isso para os equipamentos que são estaduais e nacionais. Cassia reforça a necessidade de ter retorno, como será feito e se todas as demandas enquanto mulher podem ser passadas. Thaís explica que sim, todas as questões que tenham alguma questão de gênero. Dora reforça sobre a necessidade de prazo para retorno, e exemplifica que geralmente são de trinta dias para uma reposta para ter uma resposta e depois mais dez dias se for necessário porque o ouvidor passa a demanda para o superintendente. Thais sugere que possamos dar trinta dias, podendo ser prorrogáveis, por mais quinze dias ou podendo ser prorrogados por mais trinta dias. Dora explica que trinta mais trinta dias seriam ideais. Thais propõe a primeira resposta à demanda seja o encaminhamento. Ângela propõe resposta automática de email para que a denunciante já se sinta contemplada. Thais propõe que em até 15 dias a ouvidoria vai por e-mail enviar um retorno à solicitação da mulher, que pode ser, por exemplo, o encaminhamento que foi dado. Após esse período. Então, ou nessa solicitação vai ser informado um prazo para as providências cabíveis. Dora pede para que agilizemos a reunião devido a presidente ter feito quimioterapia e precisa ir descansar. Thais pede a apresentação em cinco minutos do próximo ponto de pauta, antes de seguir para o próximo ponto Rafela questiona sobre a aprovação da a ouvidoria, que foi aprovada por unanimidade. Rafaela inicia a apresentação do selo, que tem por objetivo certificar as empresas que incluíssem mulheres vítimas de violência e vítimas de racismo na contratação. Com a com a questão de é de manter o anonimato. O sigilo dessa informação somente o RH pode ter é esse tipo de informação. Então seria para acolher mulheres vítimas de violência e vítimas de racismo, o selo, a empresa amiga da mulher será concedido pela SecMulher em parceria com o COMDIM, por uma solicitação do interessado

de acordo com os critérios estabelecidos no decreto,os critérios são: as empresas precisarão reservar um percentual mínimo de 2% do quadro de pessoal para contratação de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e vítimas de racismo, garantindo o anonimato dessa condição, o segundo o critério seria que as empresas possuam políticas de ampliação da participação da mulher na ocupação dos cargos de alta administração, considerando também os recortes de raça. O que a gente sabe que para as mulheres chegarem nos cargos de liderança é muito mais difícil quando ela acontece com os homens; o terceiro critério seria que as empresas adotem práticas educativas e de promoção de direitos das mulheres, de prevenção de violência doméstica, familiar e contra o racismo nos termos do regulamento e o quarto critério seria que garantam a equiparação a equiparação salarial entre homens e mulheres, como é previsto na CLT e na lei de igualdade salarial. Dora pergunta se só mulheres vítimas de violência terão acesso. Rafaela responde que existe o recorte para as mulheres vítimas de violência devido a dependência financeira que a mulher faz a mulher permanecer em um relacionamento abusivo, então, foi feito esse recorte porque achamos importante que essas mulheres sejam contempladas. Glaucia questiona a porcentagem de reserva de vaga. Rafaela responde que pode ser feito um ajuste, que essa base foi retirada do governo federal e seguimos a mesma porcentagem de reserva de vagas. Thais propõe pedir uma avaliação do jurídico sobre a porcentagem. Glaucia questiona se o selo só vale para mulher de violência e mulher negra. Rafaela responde que tem os recortes de raça e das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, esses são os recortes do ser empresa amiga da mulher, e esse é um dos critérios. Dora propõe adicionar mulheres acima de quarenta anos. Rafaela responde que essa questão, ela ela abrange a diversidade mesmo de gênero, já dentro das empresas, que podemos acrescentar. Ângela exemplifica que as empresas deveriam ter creches nos seus espaços de acordo com a orientação e destaca que as empresas não estão cumprindo a legislação. Dora questiona se está sendo feita restrição de mulheres. Rafaela responde que o principal foco do selo é justamente dar um suporte para essas mulheres que vivem dentro dos relacionamentos abusivos porque elas não têm uma renda, elas

são dependentes dos parceiros e para as mulheres vítimas de racismo também. Explica que trabalhou na Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial, e que realizava atendimentos psicológicos às vítimas de racismo, a sua grande maioria mulheres, mulheres que ficavam psicologicamente abaladas porque o racismo também é uma forma de violência. Então foram esses recortes, para que consigamos que essas pessoas que são atingidas diretamente por violências que atravessam a sua existência consigam acessar os espaços de trabalho formal. Dora coloca que é fez essa questão de ampliar, porque é a Secretaria da mulher não é a Secretaria da igualdade racial. Rafaela responde que realmente, mas mas a questão racial, é porque temos que pensar, quem vive na base da pirâmide são as mulheres negras, os estudos estão aí para poder mostrar isso e quem vive em situação de vulnerabilidade social e sustenta a sociedade são mulheres negras que muitas das vezes estão em trabalhos informais, e de fato elas sofrem racismo, relata que está trazendo um recorte de mulheres que sofrem violências diariamente. Não estamos eximindo a empresas de poderem contratar qualquer outra mulher, porque isso as empresas já fazer, estamos trazendo recortes violência e que essas mulheres que são atravessadas por essa violência possam conseguir alcançar o mercado formal através do selo. Ângela pergunta como as empresas vão se inscrever. Rafaela explica que as empresas vão se inscrever para poder receber a certificação e a gente vai avaliar se as empresas estão cumprindo, o selo será reavaliado a cada dois anos. E quando ele for reavaliado, a gente vai ver se as empresas realmente estão cumprindo os critérios que que elas se inscreverão para poder é ganhar a certificação. Ângela propõe uma discussão maior do selo e propõe, uma reunião extraordinária, pois gostaria de saber os benefícios das empresas. Rafaela responde as empresas teriam destaque nos processos licitatórios da Prefeitura, então, se elas possuem o selo, elas podem ter mais pontos. Thais sugere que façamos uma reunião extraordinária para debater o selo. Thais recebeu um pedido dos guardas para se justificarem quanto a denúncia realizada no início da reunião, de usos indevido do carro, de utilizar um serviço como um veículo é importante a gente frisar que assim foi trazida a questão de que outras mulheres em outros momentos pediram utilização de um transporte e isso foi negado.

Frisou que o CRAM, por norma técnica, ele não acompanha todas as mulheres na delegacia, explicou que a pessoa que solicitou, que também é uma pessoa, já sofreu violência doméstica, solicitou para o assunto e ela é é uma funcionária de todo modo, assim, o serviço público ele utiliza, no âmbito da sua função, os seus próprios equipamentos para a atividades como essa é o carro. Seguiu dizendo que é importante que as conselheiras conheçam os guardas e que seria importante ouvir a justificativa deles. O inspetor Tiago relatou que é o condutor da viatura, então até por força de lei, o responsável pela viatura durante o plantão de vinte e quatro horas e acha corretíssimo que os órgãos e os aparelhos utilizados pelo serviço público precisam ser fiscalizados. Como a Thais bem colocou a funcionária em questão, é uma vítima de violência doméstica, mãe solteira, um filho autista e ela estava internada no Alcides Carneiro, fez o procedimento cirúrgico, estava sozinha, o filho ficou em casa, então ela estava lá sem apoio, tanto que eles assinaram a alta dela. Relatou que o que foi feito, também foi feito para outras mulheres na mesma situação, que no treinamento recebido a vontade da vítima sempre tem que prevalecer, então, em alguns momentos vocês vão ver a viatura saindo do hospital, indo para casa, porque a mulher simplesmente disse que ela quer ir para casa da mãe e nós vamos atender a vontade dela. Solicitou o espaço até para justificar, para que todas entendessem, porque é um órgão sensível. É uma viatura que, por característica própria, a guarda não deixa atender nenhum outro serviço, de combate à violência. A Guardiã Maria da Penha não é um órgão de enfrentamento, a guarda não é armada, ela é mais um aparelho de acolhimento para conduzir essa mulher, essa vítima aí, da maneira que ela que ela quiser e que os órgãos acima como o CRAM ou a própria Secretaria determinarem. Cássia questiona se esse procedimento serve para qualquer mulher mesmo que a violência sofrida já tenha sido há muito tempo. O inspetor Oliveira responde que o acompanhamento é contínuo, da vítima mesmo após a agressão, explica que a vítima enquanto ela assistida pelo CRAM, enquanto ela assistida pela Secretaria, pela prefeitura, qualquer outro órgão envolvido na rede, o sistema prevê inclusive visitas, mas não conseguem fazer essa visita todos porque a gente só um carro, que o carro da guardiã é cedido pela guarda, o serviço, não é para atender qualquer

vítima em qualquer momento que ela precisar e não só a vítima, como a Thais colocou, e algumas funções administrativas também seguiu explicando que não deixam de atender uma ocorrência para fazer uma questão administrativa e que a viatura, ela veio através de doação do Ministério da justiça somente para uso da guarda e não pode ser utilizadas em outras secretariaras, conforme consta no termo de doação. Thais informa que o funcionamento da guardiã Maria da Penha é vinte e quatro horas, e reforça o agendamento da reunião extraordinária para debater o selo. Nada mais havendo a declarar a reunião foi encerrada.